



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Pereira, Cícero; Camino, Leoncio  
Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e Ideologia Política em Estudantes  
Universitários de João Pessoa  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 3, 2003, pp. 447-460  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816304>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa**

*Cícero Pereira<sup>1,2</sup>*

*Universidade Católica de Goiás*

*Leoncio Camino*

*Universidade Federal da Paraíba*

---

### **Resumo**

Este artigo analisa as representações sociais que estudantes universitários têm do envolvimento nos Direitos Humanos e dessas representações com o posicionamento político dos estudantes. Um estudo realizado com 400 universitários de João Pessoa revela que a representação do envolvimento nos Direitos Humanos é analisável em 4 dimensões: pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto. De um modo geral, os estudantes consideram que seu envolvimento concreto nos Direitos Humanos é superior ao do governo brasileiro, mas julgam, na ordem de prioridade, que a aplicação desses Direitos é de responsabilidade do governo. Verifica-se também uma relação positiva entre a simpatia pelos partidos políticos e o envolvimento com os Direitos Humanos. Finalmente, no que concerne aos partidos, observa-se que a simpatia pelo PMDB relaciona-se positivamente com a crença de que o governo brasileiro se preocupa com os Direitos Humanos, enquanto a simpatia pelo PT relaciona-se negativamente com essa crença.

*Palavras-chave:* Representações sociais; direitos humanos; política.

**Social Representations, Human Rights Involvement and political ideology in University Students**

---

### **Abstract**

This paper analyses the university students' social representations of human rights involvement and their representations with the students' political positioning. A study carried out with 400 students of João Pessoa reveals that the representation of human rights involvement can be analyzed from 4 dimensions: personal-abstract, personal-concrete and governmental-concrete. On the whole, students regard their real involvement in Human Rights involvement. However, in the abstract order of how it should be, they consider that the government responsibility. It is also shown that there is a positive relationship between students' political party and their involvement with Human Rights. Finally, as far as political parties are concerned, it is observed that political sympathy has positive correlation with the belief that the Brazilian government is really concerned with Human Rights, whereas political sympathy has negative correlation with that belief.

*Keywords:* Social representations; human rights; political ideology.

---

Após mais de meio século de vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), os meios de comunicação mostram, às vezes dramaticamente, esses direitos sendo violados. Exemplos dessa situação são explicitados nas estatísticas governamentais, que indicam que as condições de pobreza no mundo estão aumentando

minorias sociais estão submetidas a violência. As consequências psicológicas das violações de direitos humanos, pesquisas desenvolvidas na Europa e América do Sul, indicam que a tolerância em relação a minorias é menor nas últimas décadas (Halman et al., 2006). As respostas a essa intolerância, que

Desse modo, é importante entender o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade com os Direitos Humanos. Mas quem é o responsável pela aplicação desses direitos? O Estado ou o indivíduo? Em outras palavras, a quem é atribuída a responsabilidade, ou como é representada essa responsabilidade? Diversos ramos do saber humano (Ex.: a Filosofia, as Ciências Políticas, o Direito, etc) procuram responder a essas perguntas. Mas o que interessa saber aqui é o que pensa o cidadão comum. A partir da perspectiva de Moscovici (1976) sobre o fato das representações sociais serem transformações dos conhecimentos científicos, filosóficos e ideológicos, pode-se perguntar, especificamente, como o senso comum representa o seu envolvimento e o do governo nos Direitos Humanos. Este artigo analisa, portanto, as representações que universitários têm do seu próprio envolvimento, assim como o do governo brasileiro, na aplicação desses direitos, e a relação dessas representações com o posicionamento político desses estudantes.

### **As Representações Sociais**

As representações sociais traduzem o pensamento do senso comum uma vez que descrevem as transformações que os diversos grupos sociais fazem das teorias filosóficas e científicas dominantes nas sociedades contemporâneas (Moscovici, 1976). Duas características fundamentais devem ser assinaladas nesse processo. Primeiro, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento particular das sociedades industriais e, portanto, são irredutíveis a qualquer outra forma de conhecimento. Embora tenham relações estreitas com a ideologia, a ciência e o mito, constituem um campo próprio do conhecimento humano. De fato, elas são apropriações que as sociedades de massa fazem dos conhecimentos produzidos pela ideologia, pela ciência e pelo mito, mantendo a heterogeneidade e o dinamismo próprios das comunicações dessas sociedades. Essas características diferenciam as representações sociais das representações coletivas (Durkheim, 1898), que se apresentam como conhecimentos homogêneos e

tornam essas relações estáveis e eficazes” (p. 48). Essa relação complexa que as Representações Sociais propõe entre estes elementos e o comportamento social a diferença das teorias que consideram os mediadores sociais do comportamento social. A teoria não nega esses mediadores, como os conceitos de realidade, mas considera que esses conceitos não são a realidade, mas elementos próprios da construção social da realidade. É nessas representações sociais que os sujeitos construem o repertório com as possibilidades de ação desse comportamento, onde o sujeito não é só a constrói (Farr, 1991).

A formação das representações sociais é um processo de dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo em que conceitos abstratos são transformados em realidades concretas. Para Moscovici (1976), “é preciso reproduzir um conceito numa imagem” (p. 48). “A imagem se converte num elemento da realidade, só ser um elemento do pensamento” (p. 48). A ancoragem, por sua vez, é o processo de reconhecimento de realidades familiares com base em categorias já conhecidas. Trata-se da atribuição de categorias à realidade, porque, ao classificar, “revelam ‘informações’ sobre a sociedade e o ser humano” (Moscovici, 1976, p. 34). Embora esteja envolvido na categoria de inferências cognitivas, esse sistema é responsável pelo sistema de atitudes sociais. Assim, a ancoragem se aplica às formas concretas como os indivíduos percebem a sociedade e se apropriam dos esquemas de pensamento de seus grupos (Doise, 1989; Lacerda, Pinto & Gómez, 2002).

A Teoria das Representações Sociais tem enfrentado diversas críticas no nível conceptual (Aughey, 1995; Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1993) e metodológico (Leyens & Dardenne, 1996). No que diz respeito aos aspectos conceituais, deve-se sinalizar

que constrói representações homogêneas (Vala, 2000). Mas dessa maneira pode-se perder de vista os processos sociais complexos, resultantes das interações de consensos e dissensos que subjazem às representações sociais polêmicas. Billig (1988) e Doise (1989) discordam da maneira como se concebe a natureza consensual das representações sociais e insistem em colocar o consenso não no conteúdo das representações, mas nos princípios que dão significado aos aspectos consensuais e divergentes do campo representacional. De fato, o próprio Moscovici (1989) substituiu o conceito de representações coletivas pelo de representações sociais para indicar que os conhecimentos sociais não são nem homogêneos, nem “partilhados enquanto tais por toda a sociedade” (Moscovici, 1988; p. 219) – como eram as representações coletivas nas sociedades primitivas (Durkheim, 1912/1985) –, mas seriam conhecimentos partilhados na heterogeneidade da desigualdade social.

Segundo Camino (1996) e Vala (1996), a Teoria das Representações Sociais pode abordar a constituição complexa e dialética dos conhecimentos sociais se for complementada com a Teoria das Minorias Ativas e com a Teoria da Identidade Social. A Teoria das Minorias Ativas permite entender as dinâmicas cognitivas subjacentes aos processos de consenso e dissenso. Nessa teoria, Moscovici (1979) inverte a dinâmica da comparação social, colocada pelo funcionalismo no centro do consenso, ao afirmar que a percepção é sempre social e que os sujeitos se compararam com outros não porque a realidade seja ambígua, mas porque existe uma norma social de objetividade que estabelece o consenso como critério de verdade. Nas situações de desacordo, a realidade torna-se ambígua, o que gera um conflito cognitivo cuja resolução pode assumir diferentes modalidades: o conformismo, a submissão ou a inovação. Dada a heterogeneidade das sociedades contemporâneas, quais seriam as condições sócio-psicológicas para a aplicação da norma de objetividade? Para Vala (1996), a incerteza sobre a realidade se geraria apenas quando há desacordo com aqueles com quem se espera estar de acordo,

No seu trabalho sobre representações sociais, Dois apresentam diferentes técnicas e três aspectos das representações que se tem utilizado essas técnicas (2002) aplicaram-nas em um estudo social da homossexualidade e (2002) utilizaram-nas na análise artigo, a fim de colaborar nos debates teóricos e empíricos.

1996); o trânsito (Campos & Lagares, 2001); o Brasil (Campos & Rouquette, 2000). Nos últimos anos, os Direitos Humanos também vêm sendo abordados nessa perspectiva (Doise, 1998a). Essa abordagem é apropriada, pois os direitos, independentemente de sua perspectiva (naturalista ou culturalista), apresentam-se na consciência do indivíduo como realidades concretas. “Pensamos no que se refere à existência e à qualidade de nossos direitos que não poderia ser de outra maneira, que sempre foi assim, que sempre será assim. Pensamos neles como coisas muito naturais, decorrentes do que nós mesmos somos” (Camino, 2000, p. 43). Nesse sentido, a objetivação de conceitos, como Direitos Humanos, mostra que esses são representações complexas fundamentais à vida moderna.

As pesquisas realizadas sobre o conteúdo da DUDH (Doise, 1998b; Doise, Clémence & Spini, 1996; Doise, Dell’Ambrogio & Spini, 1991; Doise & Herrera, 1994; Doise, Spini, Jesuino, Ng & Emler, 1994; Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998; Herrera, Lavalée & Doise, 2000; Huguet, Latané & Bourgeois, 1998; Spini & Doise, 1998) mostram que os grupos sociais organizam os artigos da declaração em dois conjuntos de direitos: direitos políticos e direitos econômicos. Esses resultados revelam algumas características fundamentais das representações sociais. Primeiramente, mostram que as representações funcionam como princípios de categorização e de classificação da realidade social. Segundo, elas refletem os debates ideológicos realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) no início da guerra fria e durante a elaboração da DUDH. Enquanto o bloco dos países capitalistas priorizava os direitos políticos individuais, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, insistiam na necessidade de dar prioridade aos direitos sociais, econômicos e coletivos (Palazzo, 2000). Portanto, as representações sobre os Direitos Humanos não são homogêneas e igualmente compartilhadas por todos os membros de uma sociedade. Elas reproduzem, no interior dos países e nos posicionamentos político-ideológicos dos diferentes países, os debates realizados na ONU.

é bom e o que é ruim, definem as relações entre os grupos sociais, orientam as ações sociais (McClosky, 1964). No nível de direitos, seria oferecer um conhecimento verdadeiro, mas inserir as pessoas nas atividades sociais (Poulantzas, 1986). É nesse nível que se desenham as crenças e os valores de direitos. Contudo, essas crenças não são universais. No interior delas existem atribuições e julgamentos diferentes, o que permite um segundo nível de análise.

O segundo nível situa a ideologia dentro dos conflitos sociais. Esses conflitos geram representações determinadas pelos interesses dos setores sociais, assim como a situação social dos grupos sociais, assim como as utopias desenvolvidas pelos setores dominantes (Giddens, 1985; Mannheim, 1950). Aqui se incluem ideologias marxistas (Lenin, 1978), ideologias políticas, como o liberalismo (Fitzgerald, 1991), o populismo (Laclau, 1978) e o fascismo (Bartolini, 1991) e ideologias sociais como o feminismo (Vincent, 1992). A homogeneidade é uma característica desse nível. Assim, por exemplo, existem várias formas de populismo, diferentes entre si, tanto entre as mulheres e diversos significados atrelados ao termo. Essas diferenças relacionam-se com a extensão das reivindicações concretas e com as bandeiras sociais estabelecidas. As bandeiras levantam. Essa constatação coloca a política no terceiro nível de análise da ideologia.

O terceiro nível refere-se às práticas, às normas e às regras que regulam as ações sociais, às programações e aos programas de ação que traduzem o conteúdo dos interesses dos setores dominantes. Esse nível, “o nível programático” situa-se no domínio sócio-político, que é representado nos partidos políticos (Bartolini & cols., 1997). Contudo, a maioria das ações programáticas é determinada não por ideologias programáticas, mas sim por símbolos sociais vinculados aos sistemas dominantes nos grupos de pertença (Bourdieu, 1989; Geertz, 1978; Sniderman, 1991). Nesse caso, é através dos símbolos partidários que se realizam as programações políticas que se entra no campo da política. A ideologia é, portanto, a base para a realização das programações políticas.

De Rosa e Gonzalez (1995) em quatro países, os posicionamentos diante das violações dos Direitos Humanos diferenciam-se em função do país e da identificação partidária dos adolescentes. Os estudantes da Costa Rica e da Itália identificaram-se com partidos de direita e apresentaram uma visão liberal dos Direitos Humanos, baseada no controle institucional e moral dos indivíduos. Os franceses e os suíços se identificaram mais com partidos de esquerda, apresentaram uma visão coletiva dos direitos e defenderam a criação de instâncias jurídicas internacionais de aplicação desses direitos. No conjunto, os estudos sobre as representações sociais dos Direitos Humanos mostram o reflexo do posicionamento político dos grupos sociais (Doise, Spini & Clémence, 1999; Staerklé, Clémence & Doise, 1998); a classificação dos direitos em diversos tipos indica um profundo debate ideológico.

Da mesma forma que se tem estudado a representação dos Direitos Humanos e sua relação com a política, interessa analisar como as pessoas representam o compromisso com esses direitos e seus vínculos com a ideologia. Pode-se falar da existência de uma crença amplamente compartilhada de que a responsabilidade da aplicação dos Direitos Humanos deveria ser dos países membros da ONU. De fato, o preâmbulo da DUDH atribui essa responsabilidade aos governos. Por outro lado, o engajamento de indivíduos na defesa desses direitos, através do ingresso em Organizações Não-Governamentais e em movimentos populares, desenvolve o sentimento de responsabilidade pessoal com a aplicação dos direitos. Em reforço a essa possibilidade encontra-se a necessidade do compromisso individual destacada em Viena na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos (*United Nations*, 1993).

Para avaliar esse problema, Spini e Doise (1998) fizeram um estudo sobre princípios organizadores da representação que universitários suíços têm do seu envolvimento e do governo suíço nos Direitos Humanos. Eles constataram que o compromisso com os Direitos Humanos pode ser estruturado em duas dimensões. A

e Doise (1998) mostram que os suíços consideram que o governo deve ser envolvido com a aplicação dos direitos, mas não os próprios. Essa diferença explica porque os suíços atribuem uma responsabilidade maior ao governo do que ao indivíduo, embora, no nível de crenças, ambos acreditam que se envolvem tanto quanto o governo.

Para Spini (1997), a distinção entre o sentimento de eficácia do Estado e o dos cidadãos é similar ao sentimento de eficácia social e individual. Spini (1997) e Miller (1954). Sabucedo e Cárdenas (1998) identificaram dois tipos de sentimentos de eficácia: o pessoal, traduzida na crença de que os indivíduos podem resolver os problemas que enfrentam no sistema, refletida na credibilidade das pessoas para resolver esses problemas (Kluegel, 1997). Os dois tipos de sentimentos de eficácia são: ações de protesto (ativismo), manifestadas por pessoas com crenças negativas e a participação em atividades políticas; e a crença de que podem ser eficazes pessoas com imagens positivas de si mesmas (Spini, 1997; Costa & Camino, 1997; Müller, 1997).

Os quatro tipos de envolvimento (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto) também foram identificados em Paraíba num estudo realizado por Pereira e Paz (2002) com universitários da Universidade de Campina Grande. Diferente dos suíços, os universitários paraibanos julgaram que o seu governo é superior ao do governo suíço. Os universitários, embora considerem que o governo suíço é mais eficiente que o governo brasileiro, consideram que o governo brasileiro é superior ao do governo suíço. Eles consideram que o governo suíço é mais responsável pela aplicação dos direitos humanos que tanto do governo quanto deles.

representacional do compromisso com os Direitos Humanos verificada nos estudos realizados na Suíça (Spini & Doise, 1998) e em Campina Grande (Camino & cols., 2002). No que concerne à influência do posicionamento político-ideológico dos estudantes, espera-se verificar uma relação positiva entre o ativismo político e o envolvimento pessoal na luta pelos Direitos Humanos (Spini, 1997; Spini & Doise, 1998). Especificamente, espera-se constatar que quanto maior a participação em atividades oposicionistas, menos positiva será a avaliação do governo no que diz respeito aos Direitos Humanos. Quanto à relação entre simpatia partidária e formas de envolvimento nesses direitos, espera-se que a simpatia por partidos de direita se relacione ao menor compromisso pessoal com os Direitos Humanos e à visão positiva da atuação do governo nesse campo. Em relação à simpatia pelos partidos de esquerda, espera-se verificar resultados similares aos obtidos em outros países, onde a simpatia de esquerda correlaciona-se positivamente com a defesa dos Direitos Humanos (Doise & cols., 1998, 1999; Staerklé & cols., 1998).

Mas o que significa esquerda ou direita no cenário político brasileiro? Esquerda-Direita, dicotomia clássica no campo político, vem sendo empregada desde a revolução francesa para designar o contraste entre ideologias que dividem o universo eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas (Bobbio, 1995). Como não podia deixar de ser, essa dicotomia tem variado de significado e de conteúdo em função do tempo e do contexto social. A Guerra Fria, por exemplo, teve, como consequência política, a polarização de países e de pessoas em dois campos. A simpatia com o Comunismo ou com o Capitalismo definia, naquele momento, as posições de esquerda ou de direita (Hobsbawm, 1995). No que concerne aos Direitos Humanos, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, priorizavam os direitos sociais, econômicos e coletivos, enquanto o bloco capitalista enfatizava os direitos políticos individuais.

O significado dessa dicotomia tem mudado, embora se

partidos ditos de centro-direita situam que reflete o fato da “direita” ser vista co-

Esse viés não impede aos e universitários ou não, relacionarem par visões sistêmicas ou tradicionais da polí esquerda às visões classistas, tal com eleitorado paraibano (Camino, Silva & Sou Torres & Da Costa, 1995). Também se c uma representação da estrutura partidária (Mendoza & Camino, 2000). Assim, o Lima e Camino (1997), por exemplo, universitários da Paraíba organizaram os p subgrupos distribuídos em torno de du primeira dimensão, o PT se contrapôs a partidos, principalmente aos do blo classificados como a Direita Clássica (PR, PPB, PL e PRN). Na segunda dimensão, certa afinidade entre o PT e os partidos PCdoB, PSB e PDT). Esses dois blocos dois partidos que constituem o bloco situad Direita (PMDB e PSDB). O PMDB é o pa o Estado desde o início dos anos oitenta. duas dimensões representam dois níveis confrontos políticos: o nacional e o estadua pensar na distinção entre um nível de confi com o PT se opondo ao PFL, e um nível partidários, com os partidos de esquerda se e ao PSDB, que são situacionistas na Para complexidade da representação da estru estudantes paraibanos, espera-se que a rela partidária e envolvimento nos Direitos H corrobore pesquisas realizadas em outros p Spini & Doise, 1998), seja mais complex esquerda-direita.

## Método

### Participantes

Participaram desse estudo 120

fazer muito para a aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro investe de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “Eu me empenho suficientemente na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro deveria fazer muito para aplicação desses direitos”; “Eu poderia me responsabilizar na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro empenha-se suficientemente na aplicação desses direitos”; “Eu invisto de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “O governo brasileiro poderia se responsabilizar na aplicação desses direitos”. Os estudantes indicaram, numa escala Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), o seu grau de concordância com as afirmações. Os parâmetros psicométricos dessa escala estão apresentados na seção dos resultados.

A participação política dos estudantes foi avaliada através do Questionário de Ativismo Político utilizado na Paraíba por Lima (1997), o qual tinha mostrado possuir coeficientes de validade e fidedignidade bastante elevados. Esse questionário é composto por dez atividades típicas das lutas estudantis (Tabela 3). Os estudantes indicaram o seu grau de participação em cada uma destas atividades numa escala variando de 1 (nunca participou) a 5 (participa muito). Finalmente, solicitou-se que os estudantes indicassem o partido político de sua simpatia.

Tabela 1

*Cargas fatoriais, Eigenvalues, Variância Explícada e Fidedignidade das Escalas Utilizadas na Análise dos Estudantes*

Itens abreviados da escala	Pessoal concreto	Governamental concreto	Pessoal abstrato
Eu me empenho suficientemente na ...	0,90		
Eu invisto de maneira concreta para ...	0,89		
O governo brasileiro empenha-se ...			0,87
O governo brasileiro investe ...			0,86

## Procedimentos

Os questionários foram distribuídos entre os pesquisadores em salas de aulas pelo método de sorteio. Os estudantes responderam individualmente, em situação de grupo, no tempo que variou de 15 a 20 minutos. Houve algumas recusas por parte dos estudantes, que não preencheram os questionários.

## Resultados

Para avaliar a estrutura da representação social dos estudantes em relação ao tema do envolvimento nos Direitos Humanos, realizou-se uma análise fatorial exploratória, seguindo a abordagem proposta por Costa (1993), uma Análise dos Componentes Principais (ACP). A Tabela 3 mostra a estrutura de concordância desses estudantes com as afirmações contidas na escala de envolvimento nos Direitos Humanos. Os resultados mostram que a estrutura de concordância é composta de quatro fatores que explicam 60% da variância total. O primeiro fator, explicando 20% da variância, reúne os itens que se referem ao envolvimento pessoal e concreto e explica 19% da variância. O segundo fator reúne os itens do envolvimento social e abstrato, que refere ao envolvimento pessoal e abstrato.

variabilidade. O quarto fator, explicando 16% da variância, organiza os itens referentes ao envolvimento governamental-abstrato. Os coeficientes de fidedignidade das escalas variam de 0,81 a 0,60 ( $m=0,7$ ), o que permite a construção de quatro indicadores do posicionamento dos estudantes em relação aos quatro tipos de envolvimentos nos Direitos Humanos.

Após a obtenção desses indicadores, aplicou-se uma Análise de Variância com medidas repetidas (Tabela 2) para testar a combinação entre a quem é atribuída à responsabilidade pela aplicação dos Direitos Humanos (ao cidadão ou ao governo) e em que nível é feita a atribuição (abstrato ou concreto). Os resultados mostram que todos os efeitos principais são significativos, pois os estudantes consideram que seu próprio envolvimento ( $m=3,3$ ) é superior ao do governo brasileiro ( $m=3$ ) [ $F(1/398)=29,60; p<0,001$ ]

e que o nível de envolvimento abstrato é maior do que o concreto ( $m=2,3$ ) [ $F(1/398)=325,40; p<0,001$ ], pois, se no nível abstrato os estudantes se percebem mais envolvidos com o governo brasileiro ( $m=1,7$ ), no nível abstrato que o governo deveria se envolver mais é com os próprios ( $m=3,8$ ).

Os resultados de uma análise fatorial confirmaram o Método dos Eixos Principais para extrair os quatro fatores que compõem a escala de envolvimento. A existência de apenas um fator que explica a variabilidade da participação nas atividades compõem a escala. Além disso, a fidedignidade mostra-se satisfatória ( $\alpha=0,86$ ), permitindo a utilização de um indicador de ativismo político dos estudantes.

Tabela 2

*Escores Médios do Posicionamento dos Estudantes em Relação ao Envolvimento, seu e do Governo Brasileiro, no Cumprimento dos Direitos Humanos*

Tipos de envolvimento	Níveis de envolvimento		
	Concreto	Abstrato	Total
Pessoal	2,9 <sub>c</sub>	3,8 <sub>b</sub>	3,3 <sub>a</sub>
Governamental	1,7 <sub>d</sub>	4,4 <sub>a</sub>	3,0 <sub>b</sub>
Total	2,3 <sub>b</sub>	4,1 <sub>a</sub>	3,1

*Nota.* Dentro de cada seção de linhas ou de colunas, as médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas no teste de *Sheffé* a  $p<0,05$ . A escala varia de 1 (menos envolvimento) a 5 (envolvimento mais elevado).

Tabela 3

*Cargas Fatoriais, Eigenvalue, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Ativismo Sócio-político*

Escala de ativismo sócio-político	Cargas
Manifestações contra o desemprego	0,
Campanhas de apoio aos movimentos populares	0,

No que se refere à simpatia partidária, observou-se que quase a metade dos entrevistados (45%) afirmou não ter identificação partidária. Observou-se também que 39% dos estudantes simpatizam pelo PT, apenas 9% preferem o PMDB, 3% o PSDB e 2,5% o PFL. Constatou-se também que todos os outros partidos juntos reúnem apenas 1,5% da preferência partidária. Essa distribuição da simpatia partidária é a mesma obtida em estudos anteriores realizados na década de 1990, o que parece indicar um quadro bastante estável no que se refere ao posicionamento político dos estudantes paraibanos (Camino & cols., 1995, 1997; Mendonza & Camino, 2000).

Finalmente, analisou-se a influência do ativismo político e da simpatia partidária na representação que os estudantes têm do seu envolvimento e do governo brasileiro nos Direitos Humanos. Seguindo a abordagem de Doise e colaboradores (1993), efetuaram-se quatro Regressões Múltiplas pelo Método Gradual, uma para cada forma de compromisso com os Direitos Humanos (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto), usando como variáveis independentes o ativismo político e a simpatia pelos partidos (PT, PMDB, PSDB e PFL). Os resultados da primeira regressão mostram (Tabela 4) que o envolvimento pessoal-abstrato relaciona-se positivamente com o ativismo político ( $\beta=0,17; p<0,01$ ) e negativamente com a simpatia pelo PSDB ( $\beta=-0,11; p<0,05$ ), pois os estudantes que simpatizam por esse partido tendem a discordar de que eles deveriam se envolver com a aplicação dos Direitos Humanos. Com relação ao envolvimento pessoal-concreto, os resultados da

Tabela 4

*Conjunto de Regressões Múltiplas Utilizadas na Análise da Relação entre os Tipos de Envolvimento nos Partidários e o Ativismo Político dos Estudantes*

	Tipos de envolvimento nos direitos humanos		
	Pessoal	Abstrato	Concreto

segunda regressão mostram que mantém uma relação significativa entre o envolvimento, de modo que estimula os estudantes a avaliarem de forma mais crítica o seu envolvimento real com os Dados ( $p<0,001$ ).

A terceira regressão se refere aos estudantes em relação ao envolvimento com os Direitos Humanos, que a simpatia pelo PFL relaciona-se negativamente com esse posicionamento ( $\beta=-0,12$ ), os simpatizantes por esse partido e o governo deveria se envolver mais nos Direitos Humanos. Finalmente, a quarta regressão se refere ao envolvimento com os direitos humanos, que os estudantes que se identificam com o PFL avaliam positivamente a ação do governo brasileiro nos Direitos Humanos ( $\beta=0,10$ ), os estudantes que simpatizam com o PFL expressando uma visão negativa sobre o governo brasileiro na área dos direitos humanos.

Discus

Este artigo foi desenvolvido para analisar as representações sociais que os estudantes têm do envolvimento com os movimentos sociais e as relações que essas representações ideológica desses estudantes. Sabe-se que se encontrava-se a idéia de que a

representações sociais (Doise & cols., 1993) permitiria analisar as representações complexas e polêmicas do envolvimento com os Direitos Humanos. Essa abordagem apresenta técnicas estatísticas apropriadas ao estudo dos diferentes aspectos das representações. Neste trabalho, utilizaram-se algumas dessas indicações na análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos e da ancoragem social desses princípios. Através de um questionário contendo escalas sobre esses direitos, sobre participação política e sobre simpatia partidária, procurou-se abordar, de maneira objetiva, a estrutura dos elementos significativos de uma representação compartilhada por um grupo e a diversidade de interpretações decorrentes de diferentes posições ideológicas.

Quanto ao primeiro objetivo – a análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos —, os resultados mostram a existência de duas dimensões que organizam as possibilidades desse envolvimento: uma constituída pelo *locus* da responsabilidade (o indivíduo ou o governo) e outra formada pelos diferentes níveis do envolvimento (o que deveria ser *versus* o que realmente é feito). No interior dessas dimensões, distinguem-se quatro repertórios representacionais do envolvimento com os Direitos Humanos: governamental-abstrato; governamental-concreto; pessoal-abstrato; pessoal-concreto. Essa estrutura também foi identificada na Suíça por Spini e Doise (1998) e no Brasil por Camino e colaboradores (2002). A diversidade de opiniões sobre esse tema, que pode facilmente ser constatada, provém das diferentes formas que as pessoas têm de se posicionar nessas dimensões subjacentes, que parecem ser universais (Spini, 1997).

Os estudantes deste estudo, considerados como um grupo relativamente homogêneo, embora atribuam ao governo brasileiro, no nível abstrato, um maior grau de responsabilidade na aplicação dos Direitos Humanos, consideram-se, no nível concreto, mais envolvidos que o governo. Essa forma de representar o compromisso com os Direitos Humanos corrobora a obtida por Camino e colleagues (2002) em relação ao Ceará. Geral

concreto, tal como descrito por eles elevado. Os dados indicam apenas que estudantes sobre seu compromisso efetivo Humanos é superior ao compromisso governo brasileiro tem. Isto não implica em dos estudantes nesses direitos, mas sim brasileiro faz muito pouco. De fato, eles anulam a atuação do governo brasileiro ness escala de cinco pontos eles atribuem ao g médio de 1,7. Ao mesmo tempo, sua auto que o seu envolvimento concreto situa-se em ( $m=2,9$ ), corroborando, assim, observações que mostram a população brasileira poucos a problemática que envolve os Direitos Humanos (Braga, 1995).

A comparação entre os resultados obtidos (Spini & Doise, 1998), os verificados na literatura (Camino & cols., 2002) e os desejados, evidenciam diferenças importantes nas representações dos suíços e paraibanos têm do envolvimento com os Direitos Humanos. Nos estudos realizados na Suíça, os suíços consideram, de um modo geral, que o governo é quem mais se envolve com os Direitos Humanos. No entanto, os resultados verificados na Paraíba, os paraibanos consideram que o seu comprometimento com os direitos humanos é menor do que o do governo brasileiro, que quase nada faz para garantir os direitos. Pode-se supor, como primeira hipótese, que as diferenças, que os estudantes paraibanos possuem uma imagem mais positiva do governo brasileiro em comparação com os suíços. De fato, fontes históricas e análises sociológicas (Gómez, 1977; Sanfelice, 1986; Santos, 1980) mostram que a identidade do movimento estudantil brasileiro, ao longo das últimas décadas, se constituiu, ao longo das últimas décadas, contra os governos que se instalaram no Brasil. O movimento estudantil se expressa, sobretudo, organizando protestos contrários às plataformas de governo implantadas pelo Executivo. Essa característica nacional também é observada no ensino médio da Paraíba.

à realidade, uma vez que a Anistia Internacional, por exemplo, denuncia sistematicamente países do Primeiro Mundo, como os EUA (pela pena de morte), Inglaterra e Espanha (pela tortura de prisioneiros separatistas). Por outro lado, pouco se debate o respeito pelos Direitos Humanos nas relações internacionais, sobretudo quanto ao comércio exterior. Mesmo assim, a dimensão Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo regula uma série de relações sociais tanto entre nações quanto no interior delas (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001). Aliás, esse tipo de orientação ideológica poderia também estar influenciando teorias como as de Hofstede (1980) e de Inglehart (1991), que sugerem que as assimetrias econômicas e políticas entre os dois mundos poderiam ser explicadas ou justificadas a partir do desenvolvimento diferencial, entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, de valores culturais relacionados à democracia e aos Direitos Humanos.

Fica difícil saber qual das duas hipóteses levantadas explicaria melhor a diferença entre as duas culturas. Dado o fato dessas reflexões se fazerem comparando pesquisas realizadas tanto em populações diferentes quanto em estudos independentes, elas não poderiam ser conclusivas, mas apenas apresentar algumas idéias em forma de hipóteses. De fato, apenas estudos transculturais permitirão avaliar, no nível internacional, o papel das crenças ideológicas nas representações dos Direitos Humanos. Portanto, no que concerne ao primeiro objetivo, pode-se concluir que este estudo constata realmente que existem princípios organizadores das representações do envolvimento com os Direitos Humanos. Mas, como foi mostrado anteriormente, a existência de princípios comuns não implica homogeneidade de opiniões, mas a articulação da diversidade de posições individuais em torno de algumas dimensões. Resta saber como se desenvolvem essas diferenças individuais.

Foi pressuposto, no segundo objetivo, que um fator de diferenças individuais na representação do envolvimento com os Direitos Humanos seria a diversidade de crenças ideológicas. Afinal, é a ideologia que conta o papel da ideologia neopopulista na construção de relações sociais (Billig, 1991), para além das avaliações sobre o compromisso com os Direitos Humanos. O apoio praticamente unânime da população brasileira ao governo

como fator decisivo das atitudes de envolvimento com a percepção de injustiça social acaba de eficiência política (Camino, 1999), que mostram que o ativismo político é mais envolvimento pessoal (concretamente, em atividades oposicionistas, mas o mais elevado é o sentimento de que os estudantes têm com a aplicação

Os resultados da relação entre o envolvimento com os Direitos Humanos e a simpatia pelo PT está associada à atuação do governo brasileiro, enquanto a simpatia pelo PFL e pelo PMDB se relaciona com a atuação do governo, embora de maneira diferente para cada partido. Os estudantes que votaram pelo PFL tendem a discordar de que o governo está envolver nos direitos, os simpatizantes que o governo está aplicando certas regras. Essa distinção entre o PFL e o PMDB é a visão descrita anteriormente entre os estudantes paraibanos. Naturalmente, o PFL, símbolo do liberalismo, não desempenhou nenhum papel regulador no governo da Paraíba, enquanto o PMDB, governo na Paraíba, desempenhou seu papel regulador. Apesar das diferenças entre a atuação partidária brasileira, os resultados das diversas pesquisas realizadas em todo o país mostram que a simpatia partidária na representação dos Direitos Humanos (Lima, 2000).

No que concerne ao conjunto das questões, os resultados verificados evidenciam que a ideologia na representação dos Direitos Humanos é um fator de compromisso com os Direitos Humanos. A ideologia neopopulista não só conta o papel da ideologia neopopulista na construção de relações sociais (Billig, 1991), para além das avaliações sobre o compromisso com os Direitos Humanos. O apoio praticamente unânime da população brasileira ao governo

um lado, o mundo moderno apela cada vez mais à razão e à solidariedade, por outro lado, submete-se irracionalmente às não bem explicitadas leis de mercado. De fato, hoje o mercado constitui a nova e temível divindade do mundo, mercado que não só está livre do compromisso com os Direitos Humanos, mas qualquer ataque a esse mercado parece ser um ataque aos Direitos Humanos.

Realmente, os significados mais gerais da vida social concretizam-se nas ideologias das instituições. É neste sentido que a simpatia pelos partidos de esquerda se relaciona com um maior compromisso com os Direitos Humanos, pois são esses direitos que, bem ou mal, representam uma visão crítica das idéias liberais dominantes. O fato de a análise empírica realizada mostrar que um dos princípios subjacentes ao compromisso com os direitos seja precisamente o *locus* dessa responsabilidade, o Estado ou o cidadão, coloca em evidência o núcleo da problemática social. Mas a existência da dicotomia não implica necessidade de se optar por um de seus términos. O debate não se resolve nem pela opção maniqueísta, típica da esquerda, de colocar toda a responsabilidade dos Direitos Humanos no Estado, nem pela opção psicologizante da direita ao colocar o sucesso na vida social nas intenções individuais. A constatação da existência desse paradoxo na compreensão do envolvimento nos Direitos Humanos leva à análise da ideologia que, pela sua própria natureza, é paradoxal. De fato, a ideologia, considerada como um sistema de crenças integradas, explica os acontecimentos históricos e definem o que é bom e o que é ruim. Mas os significados das inserções sociais são construídos pelas próprias pessoas nas relações do cotidiano. As pessoas são tanto portadoras quanto criadoras de significados ideológicos dominantes. Para Billig (1991), o paradoxo da ideologia seria uma variante do paradoxo da linguagem, pois quem fala é, simultaneamente, amo e servo da linguagem. Não se deve estranhar, portanto, que a noção de Direitos Humanos, fundamental na construção do que se entende por natureza humana, seja paradoxal (Camino, 2000).

Para concluir, é preciso lembrar que a discussão sobre

um grupo. Assim, este trabalho espelha a compreensão das representações do grupo sobre os Direitos Humanos e com o debate sobre o estudo dessas representações.

## Referências

- Abric, J. (1994). L'organisation interne des représentations et le système périphérique. Em C. Guimaraes (Org.), *Transformations des représentations sociales* (pp. 73-84). Paris: Niestlé.
- Abric, J. & Campos, P. (1996). Les éducateurs et l'enfant de rue au Brésil. Em J. Abric (Org.), *L'éducation et la prévention* (pp. 137-149). Saint-Agne: Erès.
- Arruda, A. (1993). Ecologia e desenvolvimento: Um projeto de especialistas em formação. Em M. J. Spink (Org.), *Ecologia e cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia ambiental* (pp. 245-265). São Paulo: Brasiliense.
- Augoustinos, M. & Innes, J. M. (1990). Towards a social representations and social schema theory. *European Journal of Psychology of Education*, 29, 213-231.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition: A reader*. London: Sage.
- Bakhtin, M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- Billig, M. (1982). *Ideology and social psychology*. New York: Tavistock.
- Billig, M. (1988). Social representation. Objectivating and rhetorical analysis. *Social Behavior*, 3, 1-16.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetoric and communication*. London: Sage.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: Razões e significados políticos*. São Paulo: Unesp.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C. & Paz, M. (2002). *Proposta para a inserção social*. (Manuscrito não-publicado)
- Camino, L. (1990). Ações coletivas e movimentos sociais. *Caderno de Textos*, 1, 1-23.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicosociodinâmica do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 11-20.
- Camino, L. (2000). Direitos humanos e psicologia. In L. Camino (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos*. São Paulo: CP.
- Camino, L., Lima, M. & Torres, A. (1997). Ideologias entre estudantes universitários. Em L. Camino, L. L. Gómez (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e prática*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Camino, L., Silva, E. A. & Souza, S. M. (1998). Psicossociologia eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa. In L. Camino (Org.), *Psicossociologia eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Cardia, N. (1995). Direitos humanos e exclusão moral. *Revista Sociedade e Estado*, 2, 343-389.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 149-187). São Paulo: Brasiliense.
- Clémence, A., Doise, W., De Rosa, A. S. & Gonzalez, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: Une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30, 181-212.
- Da Costa, J. B., Torres, A. R., Burity, M. H. & Camino, L. (1994). Universidade: Espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Datafolha (1995, 20 de março). Pesquisas de opinião. *Folha de São Paulo*, 75, 2-3.
- Diaz-Veizades, J., Widaman, K. F., Little, T. D. & Gibbs, K. W. (1995). The measurement and structure of human rights attitudes. *Journal of Social Psychology*, 135, 313-328.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. Em R. Ghiglione, C. Bonnet & J. F. Richard (Orgs.), *Traité de psychologie cognitive 3: Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 198-195.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwell & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1998a). Social psychology and human rights. *European Review*, 6, 349-355.
- Doise, W. (1998b). Conflictual dynamics and values in social representations of human rights. Em J. L. Alves (Org.), *Ética e o futuro da democracia* (pp. 485-496). Lisboa: Colibri.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W., Clémence, A. & Spini, D. (1996). Human rights and social psychology. *The British Society of Social Psychology*, 35, 3-21.
- Doise, W., Dell'Ambrogio, P. & Spini, D. (1991). Psychologie sociale et Droit de l'Homme. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 257-277.
- Doise, W. & Herrera, M. (1994). Déclaration universelle et représentations sociales des droits de l'homme: Une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 87-107.
- Doise, W., Spini, D. & Clémence, A. (1999). Human rights studied as social representations in a cross-national context. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1-29.
- Doise, W., Spini, D., Jesuino, J. C., Ng, S. H. & Emler, N. (1994). Values and perceived conflicts in the social representations of human rights: Feasibility of a cross-national study. *Swiss Journal of Psychology*, 53, 240-251.
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A. & Savory, F. (1998). Human rights and genevan youth: A developmental study of social representations. *The Swiss Journal of Psychology*, 57, 86-100.
- Gouveia, R., França, D., Da Costa, J. & Camino, L. (1995). Representações políticas no comportamento dos eleitores. Em L. Camino, L. Lhullier & S. Sandóval (Orgs.), *Política: Teoria e pesquisa* (pp. 107-125). Foz do Iguaçu: Ed. UFGI.
- Guareschi, N. M. F. (1993). A criança e a república. In N. M. F. Guareschi (Org.), *Negação da infância e afirmação da infância no cotidiano: As representações da infância* (pp. 212-233). São Paulo: Brasiliense.
- Halman, L. & Moor, R. (1994). Individualismo, pluralismo e globalização: Europa y Norteamérica. Em J. D. Gómez (Org.), *Tendencias mundiales de cambio en los sistemas políticos* (pp. 1-20). Madrid: Fundesco.
- Herrera, M., Lavallée, M. & Doise, W. (2000). Social representational analysis of the 1995 Quebec sovereignty campaign. *European Journal of Social Psychology*, 30, 25-40.
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofstede, G. (1980). *Cultures consequence*. New York: McGraw-Hill.
- Huguet, P., Latané, B. & Bourgeois, M. (1995). The representation of human rights in France: Empirical evidence for the convergence hypothesis. *Journal of Social Psychology*, 28, 831-843.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en el mundo*. Madrid: Siglo 21.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-12.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations*. Paris: Éditions la Découverte.
- Jodelet, D. (1993). La representación social de los derechos humanos. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología Social: Teoría y aplicación*. Madrid: Paidós.
- Kinder, D. R. & Sears D. O. (1985). Public opinion and political change. Em D. Lindzey & E. Aronso (Orgs.), *The handbook of social psychology* (pp. 101-158). New York: Random House.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2000). Human rights and social representations: contra homossexuais na perspectiva da representação social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-172.
- Laclau, E. (1978). *Política e ideologia na teoria marxista*. São Paulo: Terra.
- Lenin, V. I. (1980). *O Estado e a revolução*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Social representations and social cognitions. Em M. Hewstone (Ed.), *Introduction to social psychology* (pp. 101-125). Oxford: Blackwell.
- Likert, R. (1970). A technique for the measurement of attitudes. Em R. Likert (Org.), *Attitude measurement and correlation*. New York: McGraw-Hill.
- Summers (Org.), *Attitude measurement and social change*. Londres: Blackwell.
- Lima, M. E. (1997). *Valores, participação política e socialização autoritária: Uma análise da socialização política*. Dissertação de Mestrado não-publicada. São Paulo: USP.

- Moore, B. (1978). *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3–69). Cambridge: Cambridge University.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: Éléments pour une histoire. Em D. Jodelet (Org), *Les représentations sociales* (pp. 62–86). Paris: PUF.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 679–710). Barcelona: Paidós.
- Muller, E. N. (1980). The psychology of political protest and violence. Em T. R. Gurr (Org), *Handbook of political and violence* (pp. 69–99). New York: Free Press.
- Palazzo, L. O. (2000). A evolução dos direitos humanos e suas novas dimensões. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 23–39). São Paulo: CP.
- Pereira, C., Lima, M. E. & Camino, L. (1997). A prática política: Uma análise psicosociológica em termos de valores e inserção social. Em M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados* (Vol. 3, pp. 199–235). João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Torres, A. R. & Almeida, S. T. (2002). *O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial*. (Manuscrito não-publicado)
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, 3–17.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81–90.
- Poulantzas, M. (1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reeve, A. (1991). The theory of property: Beyond private versus common. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 122–141). California: Stanford University.
- Sabucedo, J. & Cramer, M. (1991). Sociological and psychological predictors of voting in Britain. *Journal of Social Psychology*, 13, 648–654.
- Sanfelice, J. (1986). *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez.
- Santos, N. (1980). *História da UNE: Depoimento de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento.
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- Sniderman, P. & Tetlock, P. (1986). Interrelationship of race and ethnicity in public opinion. Em M. Hermann (Org), *Handbook of political communication* (pp. 62–96). San Francisco: Jossey-Bass.
- Souza, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva interdisciplinar. In L. Souza, L. Rosa, L. Effgen, H. Paiva, A. Toniato, L. Vaz & M. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da psicologia social: Metodologias* (pp. 47–69). Vitória: ANPEPP.
- Souza, L., Rosa, L., Effgen, H., Paiva, A., Toniato, L., Vaz, M. & Menandro, L. (1996). Direitos humanos e representação de justiça. *Psicologia, crítica e争議*, 11, 497–510.
- Spini, D. (1997). *Valeurs et représentations sociales des droits humains dans un contexte structurel*. Tese de Doutorado não-publicada, Institut National des Sciences de l'Education, Universidade de Paris.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of human rights and their social anchoring in values. *Journal of Social Psychology*, 28, 603–622.
- Staercklé, C., Clémence, A. & Doise, W. (1998). Representations of human rights across different national contexts: The case of non-democratic populations and governments. *Journal of Social Psychology*, 28, 207–226.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Edições 70.
- United Nations (1993). *World conference on human rights: Declaration and programme of action*. New York: United Nations.
- United States Department of Labor (1992). Trends in income inequality, 1967–1988. *Monthly Labor Review*, 115, 1–12.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quotidiano: Metáforas da psicologia social. Em L. Camino & J. Vala (Orgs.), *Do outro e a construção da realidade social: Uma análise da representação social* (pp. 121–159). João Pessoa: Editora Universitária.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social no quotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social no quotidiano* (pp. 457–502). Lisboa: FCG.
- Vincent, A. (1992). *Modern political ideologies*. Oxford: Blackwell.